



Conselho Regional de Economia do RS
Economia em Dia

Gestão pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal

Keynes já dizia: “Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, e fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas”. E é isso mesmo, o Estado tem seu papel na economia, e mais do que nunca, neste momento de crise internacional, veio a socorrer os diversos setores da economia, ou seja, fazer o que o mercado não faz. Logo, a responsabilidade fiscal é um tema de extrema importância. A afirmação é da economista e analista de finanças, Andréia Vissotto.

Diferentemente das empresas, o Estado não tem atividade lucrativa, entretanto, comprometer a saúde financeira do setor público, implica em não cumprir com suas funções clássicas de alocar recursos, distribuir renda e manter a estabilidade econômica.

O desequilíbrio das contas públicas, faz com que o governo tome empréstimos, a fim de cobrir gastos excedentes, isso acarreta num entrave ao crescimento econômico, pois este processo gera conseqüências negativas para economia, tais como, elevação da taxa de juros e diminuição da capacidade de investimento, e, por fim, ainda pode provocar um processo inflacionário ao distorcer os preços pelo aumento da carga tributária.

Por este motivo, cabe a lembrança de que com o início do ano, os prefeitos e vereadores eleitos em 2008, estarão tomando posse nos governos municipais, e estes, por sua vez, não só desempenharão o tradicional papel de políticos, mas também de gestores do setor público.

O Brasil desde as décadas de 80 e 90 tem demonstrado dificuldades para enfrentar os desafios do crescimento econômico, o déficit público e o acúmulo de dívidas são problemas em todas as esferas de governo, onde a gestão dos gastos e do endividamento tem sido um obstáculo a ser superado.

Assim, considerada uma das maiores inovações em finanças públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), promulgada em maio de 2000, introduziu novas regras no gerenciamento do setor público, estabelecendo um novo padrão de gestão. A irresponsabilidade política é contrária à postura que impõe a Lei, e essa é uma de suas maiores contribuições, porque limita o endividamento e exige o equilíbrio fiscal a partir da colaboração do administrador público, que também deverá cumprir os princípios de planejamento e transparência.

Ferramenta de controle do gasto público

Neste sentido, esta ferramenta é capaz de tornar o gasto público mais eficiente. A LRF, afeta o comportamento do gestor público no que diz respeito à aplicação dos recursos públicos, que, entre outras teorias, abrange, “a teoria dos ciclos políticos”, cuja qual, compreende a questão que está ligada ao processo eleitoral, porque logo após as eleições, o gestor público toma uma série de medidas restritivas, como corte de despesas, combate à inflação e demais medidas que impactam sobre emprego e renda. Porém num segundo momento, pela aproximação do novo período eleitoral, se concebe políticas fiscais expansionistas no intuito de atingir o objetivo de manter-se no poder político.

Desta forma, tanto os governos que deixam o mandato, quanto os que vierem, precisam se adaptar e respeitar a Lei, cuja punição vem através da suspensão do repasse das receitas distribuídas pela União.

Então, dentro deste contexto, a Lei de Responsabilidade fiscal é notável, e para que seja efetiva, é importante o aperfeiçoamento da divulgação de informações fiscais, como a execução orçamentária dos entes da federação, com intuito de aumentar a transparência, e a fiscalização, aumentando o poder de cobrança sobre a classe política.

Entrevista concedida em dezembro de 2008.

Obs.: As opiniões inseridas na coluna são de responsabilidade do entrevistado.

É função do Economista atuar como orientador financeiro, averiguando os investimentos mais rentáveis bem como os tipos de aplicações que podem ser feitos.